

1 Às 18h39min (dezoito horas e trinta e nove minutos), do dia 27 de agosto de 2020, a
2 Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH), Bernadete
3 Quirino Duarte Blaess, abriu a 369ª Sessão Plenária deste Conselho. **Pauta:** 1) Abertura.
4 2) Estabelecimento de duração da reunião, conforme previsto no Regimento Interno, art.
5 34. 3) Aprovação da Ata 368ª. 4) Informes. 5) Criação de "Comissão Especial". 6)
6 Encaminhamentos para organização de reunião com famílias. 7) Apreciação de
7 solicitação do SINPRO/MG e SINEP/MG. 8) Resposta SMED ao Processo administrativo
8 nº 01-044.665/20-05. 9) Proposta de continuidade do evento "Conselho Debate".
9 **Conselheiros Presentes:** Adriana Oliveira Vasconcellos Motta, Allan Oliveira Mendes,
10 Ananias Neves Ferreira, Ana Cláudia Gonçalves Machado, Bernadete Quirino Duarte
11 Blaess, Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, Débora Alves Santos Ferreira Ribeiro, Elair
12 Sanches Dias, Fábio Aparecido Martins Bezerra, Fernada Fernandes Sobreira Corrêa,
13 Gabriela Camila Sales de Oliveira, Hélder de Paula Moura, João Henrique Lara do
14 Amaral, Joaquim Calixto Filho, Letícia de Melo Honório, Marcus Vinícius Lindenberg
15 Fróes, Talita Barcelos Silva Lacerda, Umbelina Angélica Fernandes, Vânia Gomes Michel
16 Machado e Valentina de Souza Paes Scott. **Membros da Secretaria Executiva**
17 **presentes:** Alexander Gonçalves Corradi, Elise Ferreira, Expedito César Barbosa e Sônia
18 Regina Silva Rios. **Desenvolvimento da Plenária: 1)** A Presidente deu início à Sessão
19 Plenária e cumprimentou a todos. **2)** Estabelecimento de duração da reunião, conforme
20 previsto no Regimento Interno, art. 34; indicou-se a referência de 21h, aprovada
21 unanimemente pelos presentes. **3)** Aprovação da Ata 368ª; aprovada por unanimidade.
22 Em seguida a Presidente do CME/BH leu a pauta da reunião. Nesse momento, o
23 Conselheiro Joaquim Calixto Filho solicitou inclusão de um ponto na pauta, a saber:
24 discutir e avaliar a participação de representantes de pais neste Conselho, tendo em vista
25 a ausência deles nas sessões plenárias virtuais. O Conselheiro Hélder de Paula Moura
26 considerou importante buscar, anteriormente a essa discussão, um contato com esses
27 representantes para esclarecer os motivos dessa ausência; prosseguiram-se breves
28 considerações acerca das razões que podem estar levando a essas ausências e sobre
29 procedimentos regimentais acerca da questão; assim, houve duas propostas, a saber: a)
30 fazer a discussão nesta Plenária; b) remeter a discussão para a próxima Plenária; levada
31 à votação, a proposta **a)** foi aprovada com 10 (dez) votos favoráveis, contabilizando-se 6
32 (seis) votos para a proposta **b)**; assim aprovou-se a inclusão de mais um ponto na pauta.
33 **4)** Informes: não houve informes. **5)** Criação de "Comissão Especial"; Bernadete Quirino

34 Duarte Blaess fez esclarecimentos quanto à discussão desse ponto de pauta que trata da
35 criação de "Comissão Especial", pontuando que estava presente na audiência pública da
36 Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), quando foi demandada a criação de uma
37 comissão intersetorial, direcionada ao CME/BH e que, se prontificou a trazer a discussão
38 para este Pleno; essa discussão foi pautada, inicialmente, na Plenária do CME/BH de
39 30/07/2020, quando deliberou-se enviar à CMBH pedido de esclarecimentos acerca da
40 mesma, pois esta ainda não havia sido requerida oficialmente ao CME/BH; destacou que
41 assumiu o compromisso, na audiência pública, de trazer a discussão para a Plenária, mas
42 que necessitava de esclarecimentos quanto à proposta; quando houve o retorno da
43 CMBH, quanto à demanda de esclarecimento requerida pelo CME/BH, de uma forma
44 qualificada, através do Ofício CME/CMBH/069-2020, ela se debruçou sobre as questões
45 postas e compartilhou com o Pleno deste Conselho suas reflexões/problematizações
46 presentes em um texto que elaborou, uma vez que é preciso ter cuidado e
47 responsabilidade na efetivação das competências desse Conselho, levando em
48 consideração, principalmente, esse difícil e desafiador tempo de pandemia; disse que
49 também havia elaborado duas propostas de encaminhamentos para efetivar trabalhos em
50 comissões especiais, no âmbito do CME/BH e, também, para a constituição de comissão
51 intersetorial e que, logo após sua exposição, abriria espaço para manifestação dos
52 conselheiros e convidados presentes. Bernadete Quirino Duarte Blaees ressaltou, ainda,
53 que a intersetorialidade é imprescindível, sendo um modelo de gestão das políticas
54 extremamente atual; relatou ter experiência nesta questão porque coordenou comissões
55 intersetoriais, em diferentes níveis de gestão por doze anos, no âmbito da Diretoria de
56 Assistência Social da Regional Centro Sul e na coordenação do Programa BH Cidadania,
57 que foi um programa de políticas intersetoriais na cidade; diz nunca ter conhecido
58 ninguém contrário à intersetorialidade, embora sua prática ainda seja bastante complexa;
59 hoje, há atuação intersetorial na cidade, mas ainda não foi possível concretizar um
60 planejamento conjunto, o que existe é um diálogo entre o que seja a oferta e o objeto de
61 cada política intersetorial; importante frisar que não existe intersetorialidade em torno de
62 uma política, ou seja direcionada, coordenada, instrumentalizada, normatizada a partir de
63 uma política setorial; não se convoca setores para discutir uma política, a educação, por
64 exemplo; o objeto central das políticas intersetoriais é o usuário; no caso em questão, a
65 intersetorialidade se faz premente para estudantes e suas famílias; importante frisar que a
66 intersetorialidade, por si só, não resolve problemas complexos; se as políticas públicas

67 não são efetivas, a intersetorialidade também não é; dessa forma, externou discordância
68 da proposta de uma comissão intersetorial no âmbito do CME/BH, pois há uma
69 preocupação com a efetividade das ações dentro das competências que nos cabe; citou
70 que o CME/BH recebeu cartas, de representantes de pais, pedindo que nos debruçemos
71 sobre o planejamento da educação, nesse contexto da pandemia, que vai nos exigir um
72 tempo e centralidade muito grande; destacou, ainda, que a proposição da CMBH fez um
73 recorte da demanda para a Educação Infantil e que o CME/BH tem a responsabilidade e
74 competência de normatizar todo o Sistema Municipal de Ensino (SME) que abarca, além
75 da educação infantil, as escolas municipais de ensino fundamental e EJA; em seguida,
76 solicitou à Secretaria Executiva que procedesse o compartilhamento em tela e a leitura,
77 na íntegra, do documento elaborado por ela, a saber: **“Resposta da Câmara de**
78 **Vereadores ao ofício CME/CMBH 069-2020 (datado de 04/08/2020); 1) Objetivo do**
79 **Ofício do CME/CMBH 069-2020 (04/08/20):** solicitar esclarecimentos, conforme acordado
80 em Sessão Plenária Ordinária do CME realizada em 30/07/2020, acerca da indicação feita
81 para a criação de uma **“Comissão Especial”**, no âmbito do **Conselho Municipal de**
82 **Educação**, para debater os **desafios da Educação Infantil de BH no contexto da**
83 **pandemia**. Essa proposta foi indicada em **Audiência Pública na Câmara Municipal de**
84 **Belo Horizonte** datada de **16/07** com a presença de várias representações da Educação
85 Infantil. **2) Análise da Resposta da Câmara de Vereadores: O que compete ao**
86 **Conselho Municipal de Educação em relação a essa grande demanda apresentada**
87 **pela Câmara de Vereadores? Quais propostas são possíveis de serem construídas e**
88 **encaminhadas? Resposta da Câmara de Vereadores:** “A cidade precisa criar um
89 **espaço de diálogo** para definição de **diretrizes específicas para a Educação Infantil**
90 **no planejamento do chamado retorno escolar**”. “O cenário altamente complexo fez
91 com que o debate apontasse, por consenso, para a **criação de uma Comissão**
92 **específica do Conselho Municipal de Educação** para **criar diretrizes, critérios e**
93 **propor resoluções que orientem as políticas municipais de Educação Infantil** no
94 contexto da pandemia”. “A Indicação feita pela Câmara Municipal é um **instrumento**
95 **regimental** e trata-se, portanto, **de uma sugestão** para que o órgão crie uma instância
96 própria e autônoma”. “Cabe ao Conselho Municipal de Educação debater o **melhor**
97 **formato institucional** e a **composição desse colegiado**”. “As professoras cobram a
98 criação de **comitês de crise em cada escola** para debater e planejar ações junto às
99 comunidades escolares. Também precisam da **garantia de condições seguras no**

100 **momento do retorno** e querem **formação consistente** para lidar com o vírus em
101 ambiente escolar.” “É preciso considerar a situação das crianças. Infelizmente o
102 **fechamento das escolas não protege todas as crianças**. Na Pandemia, aquelas que
103 estão em alta vulnerabilidade estão expostas a riscos imensuráveis, que poderiam ser
104 dirimidos por uma **rede de proteção social**, na qual a **educação tem papel**
105 **fundamental**”. “Algumas vozes levantam o debate da necessidade de **atendimento**
106 **prioritário emergencial para crianças em alta vulnerabilidade**, adotando protocolos
107 sanitários e pedagógicos e garantindo **segurança para as professoras**”. “É preciso
108 destacar o **risco de falência generalizada das escolas da rede particular** de Educação
109 Infantil. A rede privada em sentido estrito está sofrendo com cancelamento em massa de
110 contratos. Isso coloca o **emprego de milhares de professoras em risco**. Sem a rede
111 privada, a **migração em massa das matrículas pode estrangular a rede pública**”.

112 REFLEXÕES: As discussões promovidas pelo Conselho Debate nos dias 06/08 e 13/08,
113 envolvendo profissionais da área da saúde e da educação, possibilitaram importantes
114 reflexões e, inclusive, indicaram a necessidade do CME se debruçar na **construção de**
115 **novas orientações para o SME/BH**. Completamos mais de 5 meses de suspensão das
116 aulas presenciais, muito além do que esperávamos! Esse prolongamento da suspensão,
117 sem a previsão de uma possível data de retorno, nos coloca novos desafios. É preciso
118 que o CME discuta, debata e construa **novas orientações** para assegurar o **Direito à**
119 **Educação** aos alunos da **Educação Infantil, do Ensino Fundamental e da EJA**. O
120 planejamento de retorno às aulas presenciais é extremamente necessário e deve ocorrer
121 de forma transparente, colaborativa e democrática. Esclarecendo que a diretriz para o
122 protocolo de retorno às aulas **não é sobre quando voltar**, mas **como voltar**. A data de
123 retorno é definida pelo Comitê de Enfrentamento à Pandemia da COVID 19. Além das
124 questões referentes aos protocolos de retorno, é imprescindível o CME se debruçar
125 também sobre a construção de novas orientações de modo a responder outras demandas
126 que estão nos sendo apresentadas, considerando o extenso período de suspensão das
127 atividades presenciais. A situação de vulnerabilidade, agravada pela pandemia e pela
128 necessidade do fechamento das escolas para contenção da disseminação do coronavírus,
129 **atinge além das crianças da etapa da Educação Infantil, as crianças e adolescentes**
130 **do Ensino Fundamental, jovens, adultos e idosos da EJA**. Quantos estudantes de
131 diferentes idades e etapas da Educação Básica e da EJA estão sofrendo violação de
132 direitos nesse período de suspensão das atividades escolares? **Quem compõe essa**

133 **Rede de Proteção?** Além da área da **educação** (Escola), também fazem parte da Rede
134 de Proteção as áreas da **saúde, da assistência social, da cultura, da segurança**
135 **pública, dos conselhos e das instâncias de defesa de direitos** que, por meio de seus
136 atores, articulam ações no sentido de combater a violência contra a criança e o
137 adolescente, bem como garantir os seus direitos. A Rede de Proteção pressupõe uma
138 **política pública intersetorial!** A escola tem um papel importantíssimo na constituição
139 dessa rede, entretanto, a educação sozinha não responderá por toda essa demanda. Se
140 as aulas presenciais nas escolas estão suspensas, por tempo indeterminado, através de
141 Decretos, Portarias e Atos das autoridades, como forma de restringir a disseminação do
142 vírus, **quem ofertará o atendimento prioritário emergencial para crianças em alta**
143 **vulnerabilidade, se não for a escola? Onde esse atendimento será ofertado? Como?**
144 **Com quais condições? Quais profissionais farão esse atendimento? Com quais**
145 **recursos financeiros? Qual secretaria autorizará, organizará e monitorará esse**
146 **atendimento?** Há movimentos sindicais que defendem o retorno às aulas presenciais
147 somente quando houver vacina disponível. Se não é a Educação, quem atenderá as
148 crianças? Onde? Essa política de proteção e de atendimento emergencial é uma
149 demanda que atinge outras crianças, para além da etapa da educação infantil e também
150 adolescentes. Essa demanda se trata de uma **Política Pública no âmbito da**
151 **Intersetorialidade**, que demanda diálogo entre as diferentes áreas que compõem a rede
152 de proteção e financiamento por parte do poder público. A constituição de uma rede de
153 proteção tem a educação como um dos atores para o seu fortalecimento. Não
154 enfrentamos variáveis simples. Os fatos são multicausais e multidependentes entre si. A
155 realidade é complexa e exige também um olhar mais amplo e global que inclui a
156 incorporação dos fenômenos inusitados e das incertezas que não podemos superar com
157 uma visão parcial e fragmentada dos problemas. A busca da intersetorialidade entre as
158 diferentes áreas do governo, otimizando espaços, serviços e competências, é condição
159 imprescindível para que as crianças e os adolescentes sejam atendidos em seus direitos
160 fundamentais, de modo integral, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente –
161 ECA. **Auxílio emergencial e financeiro** para as Instituições da rede privada particular
162 depende de diálogo com a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão. O
163 **Grupo de Trabalho da Educação Infantil**, instituído pela **Portaria SMED nº 254/2018**,
164 tem como objetivo **acompanhar o atendimento da Educação Infantil** prestado pela
165 Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. São atribuições do GT da Educação Infantil:

166 I – analisar e apresentar propostas quanto ao processo de cadastro de crianças para fins
167 de levantamento de demanda de matrículas na Educação Infantil; II – analisar as regras
168 sobre atendimento em casos de vulnerabilidade de crianças e de suas famílias; III –
169 propor e estabelecer fluxos de trabalho. O GT da Educação Infantil é coordenado pela
170 SMED e composto pelas seguintes instâncias: SMED, Movimento Pró-Creche (MPC),
171 Ministério Público, Defensoria Pública, Conselhos Tutelares, CME e CMDCA. **3)**
172 **Propostas de encaminhamento: Proposta 1: Eleger uma nova Comissão no CME/BH**
173 para construir um **novo documento orientador** para as Instituições que compõem o
174 **Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte (SME/BH)**, envolvendo as etapas da
175 **Educação Básica: Educação Infantil, o Ensino Fundamental e a Modalidade EJA**. O
176 CME precisa se debruçar sobre as legislações já existentes e as recentemente aprovadas
177 (Parecer CNE/CP 11/2020 e a Lei Federal 14.040 de 18/08/2020), as especificidades de
178 cada etapa da Educação Básica e da modalidade de ensino EJA e as demandas do
179 contexto atual com o compromisso de construir um novo documento orientador que
180 contemple novas diretrizes pedagógicas, considerando os seguintes aspectos:
181 Planejamento do retorno às atividades presenciais. O planejamento do retorno é
182 necessário para que o processo de reabertura das escolas se dê de forma exequível,
183 segura e acolhedora. Reflexão sobre a pertinência da prioridade do atendimento aos
184 estudantes mais vulneráveis quando o retorno presencial for autorizado, pela autoridade
185 competente. Reorganização curricular, considerando direitos e objetivos de aprendizagem
186 previstos para cada etapa educacional que estão expressos por meio das competências
187 previstas na BNCC e desdobradas nos currículos e propostas pedagógicas das
188 instituições ou redes de ensino de educação básica ou pelas Diretrizes Curriculares
189 Nacionais. Reorganização do calendário escolar para fins de cumprimento da carga
190 horária mínima anual prevista na LDB. Com o prolongamento da suspensão das aulas e
191 sem uma data de retorno, aumenta a dificuldade para reposição de forma presencial da
192 integralidade das aulas suspensas ao final do período de emergência, mesmo
193 implementando o ensino híbrido. É preciso pensar outras estratégias e soluções.
194 Discussão de medidas específicas para os estudantes que se encontram nos anos finais
195 do Ensino Fundamental I e II e da EJA. Como garantir aos estudantes concluintes o
196 direito de prosseguir sua trajetória escolar? Articulações com a Rede Estadual e Institutos
197 Federais. Reorganização das atividades educacionais. Análise, discussão e propostas
198 sobre os desafios da implementação do ensino híbrido (presencial/não presencial). Como

199 garantir acesso aos recursos tecnológicos e à internet aos trabalhadores em educação e
200 estudantes, de forma a reduzir a exclusão digital? Como garantir a impressão de materiais
201 e a entrega segura deles? E outras questões e demandas pertinentes ao CME/BH. A
202 proposta é a Comissão se subdividir em três subcomissões: **Educação Infantil - Ensino**
203 **Fundamental anos iniciais (1º e 2º Ciclos) - Ensino Fundamental anos finais e EJA**
204 **(3º ciclo e EJA). Proposta 2:** Encaminhar para o Executivo a solicitação da **criação de**
205 **um Comitê de Crise** com a participação de diferentes atores que discutirá políticas
206 públicas no âmbito da intersetorialidade para enfrentamento dos desafios colocados pela
207 Câmara Municipal de Vereadores em audiência pública, além das outras demandas
208 apontadas”. Salienta-se que, durante a leitura do texto, Bernadete Quirino Duarte Blaess
209 foi tecendo esclarecimentos acerca da compreensão de todos os pontos elencados pela
210 CMBH, na proposta de trabalho sugerida ao CME/BH; afirmou que no documento de
211 resposta enviado pela CMBH, ficou explícita a real demanda posta a este Conselho, e que
212 seu conteúdo foi discutido em reunião da Mesa Diretora; destacou a compreensão de que
213 a demanda trazida extrapola a área de atuação deste Conselho e que, na sua proposta,
214 trouxe encaminhamentos plausíveis, dentro das competências dos órgãos integrantes do
215 SME/BH; reforçou a responsabilidade deste Conselho em elaborar outro documento
216 orientador diante das novas demandas prementes; informou que todos os documentos
217 desta temática foram enviados a todos os conselheiros, via e-mail, para leitura prévia;
218 ressaltou que abriria espaço para manifestação do Pleno e dos munícipes presentes, com
219 inscrição e tempo de fala de 3 minutos, e subsequente votação do aceite, ou não, da sua
220 proposta. Seguiu-se manifestação dos presentes, a saber: a) um munícipe, morador do
221 Bairro Glória, relatou que seus filhos sempre estudaram em escolas públicas; afirmou que
222 com a pandemia, novo quadro se apresentará na educação e o Conselho precisa pensar
223 sobre isto, ressaltando que a sociedade é o resultado da educação; b) a Conselheira
224 Talita Barcelos Araújo Lacerda pediu uma questão de ordem: solicitou esclarecimento se
225 seria aberta votação para a proposta da CMBH e as outras trazidas pela Presidente
226 somente ou se abriria para outras propostas? Bernadete esclareceu que, no seu
227 entendimento já houve discussão em uma Plenária acerca da proposição da CMBH e não
228 houve nenhuma proposta diferente deste Pleno, assim, entende que há duas propostas:
229 uma da Câmara Municipal que sugere a criação de uma comissão intersetorial para se
230 debruçar sobre diferentes questões da educação infantil na cidade, no contexto da
231 pandemia e a sua “contraproposta” desdobrada em duas, não excludentes: uma que dá

232 encaminhamento diferente ao sugerido pela Câmara, ou seja, apoia a comissão
233 intersetorial pois uma rede de proteção é importante, mas acredita que não deve ser
234 constituída no âmbito do Conselho; e outra de constituição de Comissão Especial para
235 elaborar orientações/protocolos para um possível retorno às aulas presenciais, mas
236 abarcando todas as etapas e modalidades da educação do Sistema Municipal de Ensino e
237 não somente a Educação Infantil; c) Conselheiro Marcus Vinícius Lindenberg Fróes
238 considerou a complexidade da pauta; salientou que o CME/BH não pode ser considerado
239 instância decisória máxima de demandas de segmentos do Sistema; externou
240 solidariedade às demandas postas, mas salientou que é preciso estar atento ao que é de
241 competência deste Conselho e questionou se suportaremos todas as demandas; citou a
242 construção do documento Orientador, que permanece válido, pois foi balizado em
243 princípios que não podem ser flexibilizados; declarou preocupação em regulamentar
244 situações de exceção que poderão se tornar definitivas, futuramente; d) Conselheiro
245 Hélder de Paula Moura: externou preocupação com a falta de acesso de informação das
246 famílias; e) Conselheira Letícia de Melo Honório: salientou a importância da explanação,
247 por parte da Presidente, acerca da temática da intersectorialidade e a importância do foco
248 no sujeito e reafirmou o entendimento de que estabelecer uma comissão intersectorial vai
249 além das competências deste Conselho; f) Conselheiro Joaquim Calixto Filho destacou
250 que o Conselho não pode ser usado para atender às pautas de sindicalistas e que
251 entende que a proposição sugerida pela CMBH não é prerrogativa deste Conselho; g)
252 Gabriela Camila Sales de Oliveira: salientou a importância do pedido de esclarecimento
253 da demanda à CMBH, ressaltando que na resposta houve vários pontos relevantes,
254 trazendo um recorte específico para educação infantil; salientou que o SME é mais amplo;
255 h) Daise Aparecida Palhares Diniz Silva: destacou a importância da escuta das famílias,
256 professores, sindicatos e outros setores; i) uma munícipe citou que, neste momento de
257 pandemia, o direito à educação está sendo violado e o Conselho, como órgão de controle
258 social, tem responsabilidade na sua efetivação; j) outra munícipe disse ser fundamental
259 pensar na inclusão digital para todos quando do estabelecimento das diretrizes do
260 documento orientador; ressaltou a importância do diálogo de diversos segmentos da
261 sociedade para elaboração do documento orientador; l) Adriana Oliveira Vasconcellos
262 Motta: destacou a importância da escuta, de outros atores da sociedade, na construção
263 das diretrizes de um retorno às atividades escolares presenciais, e que estes podem ser
264 ouvidos no âmbito das subcomissões; há uma tarefa dada a este Conselho que trará

265 consigo outras demandas após a aprovação do documento orientador, dentre elas, a
266 atualização da legislação, a questão da vulnerabilidade do estudante no possível
267 escalonamento das atividades presenciais; outras discussões são prementes, inclusive
268 suscitadas e esclarecidas no Conselho Debate; m) outro munícipe salientou que as
269 discussões do CME/BH são importantes e gostaria de receber convite para participar das
270 plenárias. Em seguida, Bernadete esclareceu que as Plenárias são abertas ao público,
271 pois o CME, em essência, é um espaço de escuta e todos podemos trabalhar para que a
272 mesma se efetive; salientou, ainda, a composição por segmentos deste órgão,
273 constituindo-o em um espaço de democracia representativa. Após as manifestações,
274 Bernadete esclareceu a importância de dar uma resposta formal a uma demanda que
275 também foi formalizada, por isso, trouxe a esta Plenária uma proposta de
276 encaminhamento para a mesma, desdobrada em duas: uma no que tange às
277 competências do CME/BH e outra que acredita ser no âmbito do Poder Executivo, pois
278 envolve outros setores das políticas públicas, sendo o Conselho um dos integrantes deste
279 todo; salientou, ainda, como uma das prioridades, a importância da interlocução com o
280 Conselho Estadual de Educação, devido à situação dos alunos concluintes que precisam
281 estar aptos a ingressar no ensino médio em outra rede, em 2021 e o planejamento do
282 retorno às aulas presenciais, porque precisamos definir “como”, mesmo não sendo
283 possível precisar o “quando”. O Conselheiro Marcus Lindeberg Fróes sugeriu não fazer a
284 votação da proposta nesta Plenária, pois entende que é complexa, e que fosse planejado
285 outro Conselho Debate com participação de outros setores das políticas públicas, para
286 posterior votação da proposta da CMBH; Bernadete salientou que a demanda posta para
287 o CME/BH não é de fazer debate entre diversos setores, porque entende que esse
288 diálogo é fundamental e, inclusive já está em curso no Conselho Debate realizado,
289 recentemente, e que já tem proposta de continuidade; explicou que a proposta é outra, ou
290 seja, instituir no âmbito deste Conselho uma “comissão intersetorial”, com perspectiva de
291 normatização; dessa forma, não abriria mão da votação de sua proposta. O Conselheiro
292 Marcus manteve sua proposta de adiar a votação de hoje; após consulta ao Pleno sua
293 proposição foi rejeitada com 8 (oito) votos contrários, 6 (seis) favoráveis e 1 (uma)
294 abstenção. Após esta votação houve pedido e a Presidente do CME/BH fez novos
295 esclarecimentos quanto à dinâmica da votação e argumentação da pertinência da sua
296 proposição; assim, abriu-se nova votação, a saber: **Proposta 1**: acatar a proposição da
297 CMBH, quanto à constituição de comissão intersetorial no âmbito do CME/BH; **Proposta**

298 **2:** Encaminhar para o Executivo a solicitação da **criação de um Comitê de Crise** com a
299 participação de diferentes atores que discutirá políticas públicas, no âmbito da
300 intersectorialidade para enfrentamento dos desafios colocados pela Câmara Municipal em
301 audiência pública, além das outras demandas apontadas”; e **Eleger uma nova Comissão**
302 **no CME/BH** para construir um **novo documento orientador** para as Instituições que
303 compõem o **Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte (SME/BH)**, envolvendo as
304 etapas da **Educação Básica: Educação Infantil e o Ensino Fundamental e a**
305 **Modalidade EJA**; Dentre os votos apurados, a proposta 2 (dois) venceu por unanimidade.
306 Dando prosseguimento, votou-se a extensão do teto até 21h30 tendo em vista a pauta a
307 vencer; proposição aprovada, também, por unanimidade. Ato contínuo, requisitou-se o
308 envio, por e-mail, do texto elaborado pela Presidente do CME/BH em resposta à demanda
309 da CMBH; a disponibilização foi aceita; teceu-se considerações acerca da formação das
310 subcomissões para escrita de novo documento orientador; Bernadete esclareceu que esta
311 composição poderia ser feita posteriormente, por e-mail e no grupo de WhatsApp, porque
312 não demandaria eleição, mas formação de acordo com a escolha, trajetória e afinidade de
313 cada conselheiro, de maneira espontânea. Neste momento, o Conselheiro Joaquim pede
314 uma inversão de ponto de pauta porque encontra-se com dificuldades de conexão e o
315 próximo ponto foi solicitado e seria explicitado por ele; pedido acatado. Foi feito um pedido
316 de esclarecimento pela Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva; questionou se
317 foi realizada uma votação para fazer uma comissão nos moldes sugeridos pela CMBH ou
318 fazer uma comissão interna no CME/BH para escrita de outro documento orientador;
319 afirmou que entende que antes de estabelecer esta comissão teria de haver um momento
320 de abertura da fala de outros setores, antes da escrita. Bernadete explicou que essa
321 escuta não está fechada; o diálogo intersectorial estará presente na proposição de
322 realização de outros conselhos debates e, também, na discussão no âmbito das
323 subcomissões, de forma concomitante; reafirma a importância da construção de novo
324 documento orientador porque está nas competências deste Conselho e “nenhum outro
325 setor o fará por nós”. A Conselheira Daise Aparecida Palhares Diniz Silva reafirmou que é
326 preciso ampliar o tempo de escuta para além dos conselhos debates, porque acha a
327 dinâmica deste espaço insuficiente. Bernadete salienta que compreende essa
328 necessidade, mas não se pode esquecer que este Conselho tem composição
329 representativa, as escutas de cada segmento podem e devem acontecer, paralelamente,
330 aos trabalhos das subcomissões; a instituição de uma comissão especial de trabalho é

331 indispensável, frente às responsabilidades deste Conselho. A Conselheira Talita Barcelos
332 Silva Lacerda citou problemas de representatividade neste Conselho no que tange à
333 participação, como os estudantes por exemplo; neste momento de pandemia, para
334 construção de um documento deste Conselho precisa haver ampliação da escuta das
335 famílias; essa discussão tem de ser enfrentada; o acesso para participação tem de ser
336 garantido. Bernadete diz que sua proposta jamais excluiu a participação das famílias, que
337 ela está defendendo a concomitância entre a construção do documento e o diálogo com
338 as famílias; citou ainda que o próximo ponto de pauta vem justamente tratar da
339 participação das famílias. 6) Encaminhamentos para organização de reunião com famílias.
340 Para tratar desse ponto, o Conselheiro Joaquim Calixto Filho teve a palavra e destacou: a
341 exclusão das famílias no processo educacional; a importância de se fortalecer a
342 participação das famílias nos colegiados escolares; que nas últimas duas Conferências
343 Municipais de Educação, sugeriu a criação de comissões locais e regionais da educação;
344 vê participação precária dos representantes de pais nas instâncias existentes; vê falta de
345 informação dos pais/mães/responsáveis participantes dos colegiados escolares; vê essa
346 participação como fundamental na resolução de questões internas da escola, como a
347 violência por exemplo; não vê engajamento de muitos professores com as questões das
348 famílias. O Conselheiro Hélder de Paula Moura citou: a dificuldade de acesso à
349 informação das famílias, principalmente no que se refere às mídias digitais; a relevância
350 do Seminário de Pais promovido pelo CME/BH na última gestão e ressaltou a dificuldade
351 de articulação com as famílias para participação nos espaços de discussão. Ato contínuo,
352 foi aberto espaço para manifestações de Conselheiros e convidados, quando pontuaram:
353 **a)** a dificuldade de participação das famílias, em reuniões virtuais devido à dificuldade de
354 acesso à internet; **b)** houve **proposta** para que a SMED/BH orientasse a direção das
355 escolas a manter um canal de escuta com as famílias, para ter ciência das angústias e
356 necessidades neste tempo de pandemia, pois há consenso na coletividade; **c)** sugeriu-se
357 dialogar com o Poder Público, através das universidades públicas em seus
358 departamentos de tecnologia, para ampliar a inclusão digital das famílias, através da
359 possível criação de pontos comunitários gratuitos de internet (neste ponto, o Conselheiro
360 Fábio Martins Bezerra se disponibilizou a fazer a intermediação junto ao CEFET); **d)** a
361 Presidente do CME/BH fez um esclarecimento: a SMED/BH, há dois meses, já orientou a
362 direção das escolas municipais que fizesse um mapeamento sócio educacional das
363 famílias; já houve uma primeira devolutiva desse processo, para fazer um levantamento,

364 dentre outros pontos, de como estão e como foram afetadas pela pandemia; se possuem
365 acesso à internet; esse mapeamento é de extrema importância para ações do poder
366 público; que o Projeto Político Pedagógico de cada escola deve considerar a realidade de
367 sua comunidade; que há demandas de ações para todas as famílias que não foram
368 alcançadas na primeira etapa do mapeamento supracitado, através do diálogo
369 intersetorial, para um “refino” do mesmo, a fim de implementar ações visando efetivar o
370 direito de acesso à educação para todos(as); dessa forma, acredita ser desnecessário
371 fazer o encaminhamento proposto à SMED; sugeriu apresentar, no encontro de pais,
372 proposto pelos representantes desse segmento no CME/BH, o resultado desse
373 mapeamento realizado e de fazer desse encontro um momento essencial de escuta
374 dessas famílias; e) quanto à representatividade de alguns segmentos no CME/BH, foi feito
375 um estudo detalhado da lei e do regimento, que demonstrou a necessidade de várias
376 adequações, mas que o momento não se mostrou oportuno para tal; que este Colegiado
377 pode muito, se trabalhar com afinco no que o compete; f) proposta de encaminhamento:
378 envio, via e-mail ou no grupo de WhatsApp, de sugestões de ações/estratégias para
379 mobilização visando ampliar a participação dos pais/mães/responsáveis/estudantes no
380 encontro em pauta; g) reafirmou-se que um momento de escuta das famílias é
381 fundamental; levantou-se o nome da Professora Tânia Rezende e do Professor Guilherme
382 Alcântara da UFMG para mediar este momento, já que estes foram participantes do último
383 Seminário de Pais promovido pelo CME/BH; a inclusão digital tem que ser pensada para
384 garantir a participação e, também, pode ser incluída como ponto de pauta, no sentido de
385 se entender a política de privacidade, por trás desse acesso; h) ressaltou-se que a política
386 de inclusão digital não está no âmbito da Secretaria Municipal de Educação; i) não há
387 solução imediata para a questão do acesso digital, trata-se de problema complexo; j)
388 proposta de encaminhamento: sugeriu-se que os Conselheiros Joaquim Calixto Filho e
389 Hélder de Paula Moura, possam ser proativos na busca pelas famílias e definir “lideranças
390 representativas” para participação desse encontro; os supracitados conselheiros, já
391 participam de um grupo de pais/mães pelo WhatsApp, ou seja, são pessoas que já têm
392 acesso à mídia digital, e através da participação neste grupo poderia se buscar a
393 ampliação do diálogo com este segmento; l) faz-se necessária objetividade nas
394 propostas/estratégias possíveis para garantir ampla participação nesse encontro. Após as
395 manifestações, a presidente do CME/BH acordou que, assim que houver sinalização da
396 mobilização de pais/mães para o encontro, será marcada uma Plenária com esta pauta.

397 Tendo em vista o alcance do teto proposto e a extensão da pauta foi colocada em votação
398 duas propostas, a saber; 1) extensão do teto até 22h30min; 2) realizar Plenária
399 Extraordinária para continuidade da pauta; após aferimento dos votos a **proposta 1 (um)**
400 obteve 1 (um) voto e a **proposta 2 (dois)** obteve 15 (quinze) votos. Ficou, então,
401 estabelecida realização de Plenária Extraordinária deste Conselho em 03/09/2020. Às
402 21h12min, a Presidente Bernadete Quirino Duarte Blaess encerrou a Sessão Plenária
403 virtual, agradecendo a presença de todos. O registro dessa Sessão foi feito pela
404 Secretaria Executiva e a gravação, na íntegra, encontra-se à disposição dos interessados,
405 sob a responsabilidade da Secretaria Executiva do CME/BH._____